

Instituto Protea

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e aos administradores do
Instituto Protea
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Protea (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Protea em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

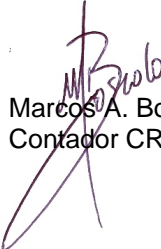


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de julho de 2020

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4


Marcos A. Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Instituto Protea

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.956.918	513.186	Impostos a recolher		899	-
Outras contas a receber		<u>44.692</u>	<u>-</u>	Obrigações fiscais		<u>55</u>	<u>4.307</u>
		2.001.610	513.186			954	4.307
Não circulante				Patrimônio líquido	7		
Imobilizado	5	3.763	4.766	Patrimônio social		513.645	400.000
Intangível		<u>1.192</u>	<u>-</u>	Superávit do exercício		<u>1.491.966</u>	<u>113.645</u>
		<u>4.955</u>	<u>4.766</u>				
				Total do patrimônio líquido		<u>2.005.611</u>	<u>513.645</u>
Total do ativo		<u>2.006.565</u>	<u>517.952</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.006.565</u>	<u>517.952</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Protea

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período de 5 de junho a 31 de dezembro de 2018

(Em Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas operacionais			
Doações	8	2.428.705	335.678
Trabalho voluntário	3.i	<u>41.995</u>	<u>25.644</u>
Total - Receitas operacionais		<u>2.470.700</u>	<u>361.322</u>
Custos e despesas operacionais			
Despesas com pessoal	9	(282.007)	(119.625)
Despesas com patrocínios	10	(333.829)	(24.298)
Despesas gerais e administrativas	11	(329.341)	(79.080)
Impostos e taxas		(27.203)	(5.938)
Trabalho voluntário	3.i	<u>(41.995)</u>	<u>(25.644)</u>
		<u>(1.014.375)</u>	<u>(254.585)</u>
Superávit antes das receitas (despesas) financeiras		<u>1.456.325</u>	<u>106.737</u>
Receitas financeiras		37.845	7.286
Despesas financeiras		<u>(2.204)</u>	<u>(378)</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>35.641</u>	<u>6.908</u>
Superávit do exercício		<u><u>1.491.966</u></u>	<u><u>113.645</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Protea

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período de 5 de junho a 31 de dezembro de 2018

(Em Reais)

	2019	2018
Superávit do exercício	1.491.966	113.645
Outros componentes do resultado abrangente:	<u>#</u>	<u>#</u>
Resultado abrangente total	<u>1.491.966</u>	<u>113.645</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Protea

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período de 5 de junho a 31 de dezembro de 2018

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
Saldos em 5 de junho de 2018 (constituição da Entidade)	-	#	-
Integralização patrimônio social	400.000	#	400.000
Superávit do período	-	113.645	113.645
Saldos em 31 de dezembro de 2018	400.000	113.645	513.645
Integralização patrimônio social	113.645	(113.645)	-
Superávit do exercício	-	1.491.966	1.491.966
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>513.645</u>	<u>1.491.966</u>	<u>2.005.611</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Protea

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e período de 5 de junho a 31 de dezembro de 2018

(Em Reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.491.966	113.645
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	<u>1.003</u>	<u>251</u>
	1.492.969	113.896
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em ativos		
Outras contas a receber	(44.692)	-
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) em passivos		
Impostos a recolher	899	-
Obrigações fiscais	(4.252)	4.307
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>1.444.924</u>	<u>118.203</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(1.192)	(5.017)
Integralização de patrimônio social	-	400.000
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimentos	<u>(1.192)</u>	<u>394.983</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.443.732</u>	<u>513.186</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa equivalentes de caixa em 1º de janeiro	513.186	-
Caixa equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>1.956.918</u>	<u>513.186</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Protea (“Entidade”) é uma entidade sem fins lucrativos ou econômicos, pessoa jurídica de direito privado constituída em 5 de junho de 2018, data na qual também iniciou suas atividades.

A Entidade tem por missão garantir a efetivação do direito à vida e à saúde, com dignidade, e aumentar a taxa de sobrevivência de mulheres com câncer, em especial aquelas de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade social, e, para tanto, tem como objetivo social a prestação de serviços de assistência social, em especial, nas modalidades de assessoramento, defesa e garantia de direitos, contribuindo para que elas tenham acesso ao tratamento da doença de forma gratuita e com qualidade.

2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de julho de 2020.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para o período apresentado nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos, conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor e são utilizados na quitação de obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: outras contas a pagar.

Tal passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esse passivo financeiro é medido pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo de 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, incluindo operações de *hedge*.

b. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulado, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Computadores e periféricos

5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Entidade aluga espaços de *coworking* para a realização de suas atividades operacionais, quando necessário.

c. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou evidência alguma que justificasse a necessidade de provisão.

d. Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Apuração do superávit do exercício

O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

g. Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem outras tarifas em conta-corrente.

i. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse tais serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade registrou o montante de R\$ 41.995 (R\$ 25.644 em 2018) referente a trabalhos voluntários.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	15	26
Banco conta movimento	103.048	1.512
Aplicações financeiras	<u>1.853.855</u>	<u>511.648</u>
	<u>1.956.918</u>	<u>513.186</u>

As aplicações financeiras referem-se principalmente a fundos de renda fixa, remunerados a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Bancário (CDB), que variam de 83,5% a 93,0% ao mês (83% a 86% do CDB em 2018). São de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Entidade sem ônus.

5 Imobilizado

Custo	05/06/2018	Adição	Baixa	31/12/2018	Adição	Baixa	31/12/2019
Computadores e periféricos	-	5.017	-	5.017	-	-	5.017
Depreciação							
Computadores e periféricos	-	(251)	-	(251)	(1.003)	-	(1.254)
Saldo líquido	-	4.766	-	4.766	(1.003)	-	3.763

6 Provisão para contingências

Com base no parecer emitido pelo assessor jurídico externo, não há nenhum processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedido contra a Entidade em 31 de dezembro de 2019 e 2018 que devesse ser provisionado e/ou divulgado.

7 Patrimônio líquido

O patrimônio social da Entidade é de R\$ 513.699 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 400.000 em 2018) montante necessário ao início e manutenção de suas atividades, integralizado em moeda nacional.

A Entidade não constitui patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias, entidades de classe ou de sociedade com fins lucrativos.

As receitas da Entidade provêm da contribuição financeira dos associados, de doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, de legados e subvenções, de patrocínios, aluguéis e/ou arrendamento de bens imóveis ou móveis, da prestação de serviços, da produção, e/ou comercialização de produtos, da realização de eventos, da exploração de direitos autorais ou de propriedade intelectual, de juros, correções ou dividendos resultantes de aplicações que venha fazer.

A Entidade aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual superávit na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais, no território nacional, podendo aplicar seus recursos no exterior apenas quando necessário ao cumprimento dos objetivos sociais e em benefício de suas atividades no Brasil.

A Entidade compromete-se a aplicar as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estiverem vinculadas, devendo os recursos advindos dos poderes públicos ser aplicados dentro do município de sua sede, ou, no caso de haver unidades prestadoras de serviços a ela vinculadas, no âmbito do Estado concessor.

A Entidade não distribuirá entre os seus fundadores, associados, conselheiros, diretores, colaboradores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados positivos, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplicará integralmente na consecução de seu objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

No caso de extinção, transformação, cisão, fusão, incorporação ou dissolução da Entidade, o patrimônio líquido da Entidade será destinado para outra instituição sem fins lucrativos congênera que coloque em prática as suas finalidades sociais e que atenda à mesma legislação a que a Entidade é submetida, inclusive a Lei nº 13.019; ou será transferido à entidade pública, respeitado o Código Civil.

8 Receitas operacionais

	2019	2018
Doações pessoas físicas	1.239.450	215.896
Doações pessoa jurídica	288.804	119.782
Eventos e arrecadações	<u>900.451</u>	<u>-</u>
	<u><u>2.428.705</u></u>	<u><u>335.678</u></u>

O Instituto Protea foi criado em junho de 2018 e ao longo do exercício de 2019 a Entidade intensificou sua atuação nas redes sociais, principalmente com a campanha “Todo mês é Outubro Rosa”, e firmou parcerias com empresas privadas para divulgação e arrecadação de doações. No mês de outubro, foi realizado o primeiro jantar beneficente da Entidade, que contou com a venda de ingressos e captação de recursos de empresas privadas e de pessoas físicas.

9 Despesas com pessoal

	2019	2018
Serviços de terceiros	(236.963)	(109.417)
Salários	(21.729)	(6.000)
Benefícios	(12.281)	(4.207)
Encargos	(8.172)	-
Férias e 13º salário	<u>(2.862)</u>	<u>-</u>
	<u><u>(282.007)</u></u>	<u><u>(119.625)</u></u>

10 Despesas com patrocínios - *Projeto AMAR*

	2019	2018
Consulta e tratamentos	(286.450)	(19.700)
Exames	<u>(47.379)</u>	<u>(4.598)</u>
	<u><u>(333.829)</u></u>	<u><u>(24.298)</u></u>

O Projeto *AMAR* (Atendimento ao Câncer de Mama de Alta Resolutividade) é o principal projeto que resoluta a atividade-fim da Entidade, em parceria com o Hospital Santa Marcelina, na especialidade de mastologia. O Instituto Protea auxilia financeiramente no acolhimento e tratamento de pacientes com câncer de mama.

O projeto *AMAR* possui quatro pilares de atuação:

1. Aumento do número de consultas de triagem e diagnóstico de novas pacientes que precisam confirmar ou descartar a suspeita de câncer de mama.
2. Realização de todos os exames necessários em apenas um dia.
3. Financiamento do tratamento de câncer de mama, incluindo cirurgia, quimioterapia e radioterapia.
4. Oferta do exame de Mamotomia em substituição à cirurgia diagnóstica.

11 Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Serviços de terceiros (*)	(176.788)	(60.063)
Locação de equipamentos	(45.951)	-
Alimentação	(35.548)	-
Aluguel	(27.456)	(4.700)
Viagens e transporte	(11.685)	(1.064)
Água/Luz/Gás/Telefone/Internet/Ass.TV	(6.960)	(10.272)
Depreciação e amortização	(1.003)	(251)
Outras despesas	(23.950)	(2.730)
	<u>(329.341)</u>	<u>(79.080)</u>

(*) Serviços de terceiros

	2019	2018
<i>Marketing</i>	(151.497)	(50.723)
Contabilidade	(13.612)	(7.000)
Jurídico	(3.155)	(2.340)
Serviços diversos	(8.524)	-
	<u>(176.788)</u>	<u>(60.063)</u>

12 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para o período findo em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

- Imposto de renda Pessoa Jurídica (IRPJ)
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- PIS sobre as receitas próprias
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias.

13 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos em que os resultados obtidos são razoáveis com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associadas a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou outros ativos de risco.

14 Avais, fianças e garantias

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade não apresentou avais, fianças e garantias.

15 Eventos subsequentes

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, as quais, somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras das organizações.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Entidade avaliou os possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios e concluiu que, nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

* * *

Anna Gabriella Chagas Antici
Presidente

Cristina Assumpção
Diretora-executiva

Catherine Jean Marcouizos
TC CRC 1SP229095/O-1